



ESCOLAS NOVAS PARA PORTO ALEGRE: LEONEL BRIZOLA NA PREFEITURA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1956-1958)

Claudemir de Quadros
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
claudemirdequadros@gmail.com

RESUMO

Por meio deste texto, busca-se apresentar o relatório intitulado *Escolas novas para Pôrto Alegre*, publicado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pelo qual torna-se possível conhecer as diretrizes de atuação do executivo municipal em relação à educação, no decorrer do governo de Leonel Brizola (1956-1958). Trata-se, portanto, de um estudo documental, direcionado a tornar acessível um documento importante para a História da Educação do Rio Grande do Sul. Palavras-chave: História da educação; Porto Alegre; Leonel Brizola.

Palavras-chave: História da educação. Porto Alegre. Leonel Brizola.

INTRODUÇÃO

É conhecida e reiterada a vinculação de Leonel Brizola com pautas relacionadas à escolarização. As experiências mais lembradas, foram enquanto governador do estado do Rio Grande do Sul (1959-1963) e governador do estado do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994).

No Rio Grande do Sul, a marca principal foi a construção de prédios escolares, popularizados pela expressão brizoletas (Quadros, 1999, 2003, 2005, 2019), e, no Rio de Janeiro, a construção dos Centros Integrados de Educação Pública - Ciep -, os brizolões (MIGNOT, 2001; FARIA, 2017).

Menos conhecida, porém, é a atuação de Leonel Brizola na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1956-1958)¹. Por meio deste texto, busca-se apresentar as ações do executivo municipal em relação à educação na capital, bem como tornar acessível o relatório intitulado *Escolas novas para Pôrto Alegre* (PREFEITURA-A, 1959), um documento importante para a História da Educação do Rio Grande do Sul.

ESCOLAS NOVAS PARA PORTO ALEGRE

¹ Brizola exerceu o cargo de prefeito entre 1º de janeiro de 1956 e 29 de dezembro de 1958, quando renunciou para assumir o governo do Estado. Tristão Sucupira Vianna, vice-prefeito, completou o mandato entre 29 de dezembro de 1958 e 1º de janeiro de 1960.



Leonel Brizola foi eleito prefeito de Porto Alegre em 1955, pelo PTB, com 65.077 votos. O vice-prefeito era Tristão Sucupira Vianna, que também foi designado secretário municipal de Educação e Assistência. Em 1956, o executivo municipal apresentou, à Câmara Municipal de Vereadores, o projeto de lei do Executivo n. 34/56, processo n. 877, pelo qual encaminhou o Plano de obras, serviços e equipamentos. No documento, que foi estruturado em três partes, são apresentadas as diretrizes básicas da administração para o período:

1) Política financeira e administrativa, que contempla aspectos relacionados com finanças municipais; aspectos financeiros do plano de obras, serviços e equipamentos; servidores públicos municipais e Tribunal de Contas do Município.

2) Plano de obras, serviços e equipamentos, que envolve os temas urbanização e sistema viário; transporte coletivo; abastecimento de água e saneamento; saúde, assistência e habitação popular; educação, cultura, esporte e recreação pública; fomento da produção e abastecimento; aparelhamento e localização dos serviços públicos; organização e planejamento; energia e comunicações.

3) Projeto de lei, que trata da autorização para despesas, meios e recursos para a execução do plano, assim como um conjunto de normas complementares relacionadas ao imposto territorial, predial e de indústrias e profissões, que o governo considerava indispensável para reconstituição da receita.

O projeto entrou em pauta nos dias 17, 20, 21 e 23 de agosto de 1956. Foi aprovado, com emendas, na sessão plenária do dia 23 de outubro e o registro da redação final foi aprovado em 6 de novembro de 1956. No item 2.5 do projeto, aborda-se o tema ‘educação, cultura, esporte e recreação pública’. Nele, apresenta-se uma elaboração discursiva mediante a qual se enfatiza, de modo reiterado, a preocupação do governo municipal com o ensino primário e a alfabetização:

Faltam-nos dados exatos sobre a situação, mas tanto quanto sabemos, existem em nosso Município mais e 30.000 crianças em idade escolar, impossibilitadas de obter matrícula, por falta de escolas e assistência. O número de analfabetos adultos é ainda muitíssimo maior (PREFEITURA-B, 1956, p. 78).

Atribui-se, aos prédios escolares existentes na capital, a situação de superlotação ou inadequação, razão pela qual estes seriam a prioridade de atuação do executivo municipal. Um dos argumentos fortes do texto é que os prédios escolares disponíveis eram insuficientes para atender ao déficit de matrículas, assim como para acompanhar o crescimento vegetativo da população. Para enfrentar esta situação, reiterava-se a necessidade de um programa de



construção de prédios escolares, “evitando obras suntuárias, aplicado seus recursos com realismo, mesmo com modéstia e com maior economia, inclusive construindo pavilhões de emergência quando não forem possíveis construções definitivas” (PREFEITURA-B, 1956, p. 79). A fonte de recursos anunciada seria o convênio já existente com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado e a decisão de investir o mínimo constitucional de 20% da renda de impostos para fins educacionais.

Com a aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal de Vereadores, o executivo municipal atuou a partir do Plano de emergência para a construção de prédios escolares, que foi encaminhado ao prefeito municipal em 26 de novembro de 1956, mediante ofício do secretário municipal de Educação e Assistência.

O ofício, no qual o secretário relata que o plano, “inspirado por V. Ex^a”, tem como “objetivo de prover as deficiências resultantes da escassez de prédios escolares, principalmente para as escolas primárias” (SMEA, 1956, p. 1), se estrutura em sete itens: a situação do ensino em Porto Alegre; o problema do ensino primário; plano de emergência - prédios pré-fabricados; o problema dos terrenos; a solução definitiva do problema; continuidade do convênio escolar com o Estado; conclusões.

No item ‘a situação do ensino em Porto Alegre’, foi apresentado um breve diagnóstico do ensino na Capital, no âmbito do qual se destacam a insuficiência de prédios escolares, a superlotação dos existentes e a falta de vagas. Por estas razões, era necessária a disseminação de escolas no município. A opção enunciada envolvia a construção de prédios de custo reduzido, com a capacidade de alunos de acordo com as necessidades de cada bairro.

O item ‘o problema do ensino primário’, foi estruturado pela crítica às administrações anteriores, as quais construíam “obras suntuárias e de custo elevadíssimo, com enorme concentração escolar [...], com capacidade para mais de 1.000 alunos” (SMEA, 1956, p. 3). Porém, a perspectiva da atual administração seria outra: “eliminar o déficit escolar e “pontilhar a cidade de unidade simples, modestas, contendo mínimo de condições para o funcionamento da escola e, de rápida execução” (SMEA, 1956, p. 3).

No item ‘plano de emergência - prédios pré-fabricados’, foi descrita a configuração básica dos novos prédios, que seriam “de madeira, construídos em série, de tipo progressivo e desmontável em qualquer tempo, com perda máxima de 3% dos materiais empregados” (SMEA, 1956, p. 3). Os prédios seriam de três tipos, conforme as necessidades da zona de localização, e obedeceriam a seguinte classificação:



- 60 unidades de tipo A, para 70 alunos por turno, com duas salas para aulas; uma sala para administração; uma cozinha; um sanitário masculino e dois femininos; um sanitário para professoras.

- 25 unidades de tipo B, para 105 alunos por turno, com três salas para aulas; uma sala para administração; uma cozinha; dois sanitários masculino e três femininos; um sanitário para professoras.

- 15 unidades de tipo C, para 140 alunos por turno, com duas salas de aula, uma sala para administração, uma cozinha, conjunto de sanitários masculino e feminino; uma varanda coberta.

No item ‘o problema dos terrenos’, informou-se que estes eram o principal empecilho para a realização do plano de construção das escolas. De imediato, a desapropriação foi descartada, em função da indisponibilidade de recursos para a indenização dos proprietários dos imóveis. No ofício, citam-se três possibilidades: a utilização de terrenos do município já destinados para escolas; o uso de logradouros públicos não urbanizados e o uso de terrenos não ocupados, de propriedade privada, mediante empréstimo, na forma de comodato, sob condições especiais, as quais seriam:

- a) concessão do uso do terreno pelo prazo mínimo de três anos;
- b) aplainamento da área cedida por conta da municipalidade;
- c) instalação de tapume e conservação do imóvel;
- d) dispensa dos impostos e taxas que, eventualmente, recaíssem sobre o imóvel, no decorrer do tempo em que estivesse ocupado pela escola;
- e) compromisso formal da administração municipal de devolver o terreno ao fim do prazo de comodato, ou dentro de seis meses, nos casos de empréstimo por tempo indeterminado.

A posição da Secretaria Municipal de Educação e Assistência, era a de que nesta modalidade de empréstimo de terrenos residia a “originalidade do plano, porque o particular tem a oportunidade de colaborar na solução de tão magno problema com o empréstimo de terrenos mediante certas compensações”, que aliadas “a facilidade de desmontar os prédios, [...] ao espírito de cooperação no nosso povo”, poderia tornar “exequível o plano que tem por objetivo eliminar o déficit escolar da nossa cidade” (SMEA, 1956, p. 4).

No item ‘a solução definitiva do problema’, informou-se que o plano visava à atender as necessidades mais imediatas de cobertura da rede escolar e que, posteriormente, seriam estudadas possíveis soluções definitivas, que envolveriam a “localização e a construção de



prédios sólidos e com maiores e melhores acomodações para o cumprimento das normas que presidem os currículos legais do ensino” (SMEA, 1956, p. 5).

No item ‘continuidade do convênio escolar com o Estado’, informava-se a concordância, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em nomear os professores para escolas, e a aprovação, pela Comissão de Planejamento e Construção de Prédios Escolares, das plantas e tipos de construções dos prédios projetados.

Finalmente, no item ‘conclusões’, o secretário ressaltou que:

A realização do presente plano, vem solucionar um dos mais fundamentais problemas da atual Administração, com profunda a ressonância sobre o nível de cultura do nosso povo. Os prédios projetados abrigaram no próximo exercício letivo cerca de 17.850 escolares, o que equivale a eliminação, por algum tempo de quaisquer deficiências do ensino primário em Pôrto Alegre e desafogará a situação para outras realizações de caráter definitivo (SMEA, 1956, p. 6).

Ao final do governo, apresentou-se um relatório das ações da prefeitura, que tomou forma no documento intitulado Escolas novas para Pôrto Alegre (PREFEITURA-A, 1959). Nele, consta que as obras foram estruturadas em três fases. A primeira fase foi dedicada para a conclusão de obras iniciadas em governos anteriores. Na segunda fase, destaca-se a construção de prédios escolares mistos, de alvenaria e madeira. A terceira fase - identificada pela expressão plano de escolas populares - envolveu a construção de prédios de madeira, fabricados em série. Com estes, buscava-se sanar o déficit de vagas, assim como substituir os prédios existentes em mau estado de conservação.

No relatório (PREFEITURA-A, 1959), consta que, na primeira fase, foram concluídos quatro prédios e um estava em construção. Na segunda fase foram concluídos 12 prédios. Na terceira fase foram concluídos 120 prédios, estavam em construção vinte e planejados outros trinta. Em síntese, de acordo com o relatório, foram concluídos 136 prédios, 21 estavam em construção e trinta estavam em planejamento.

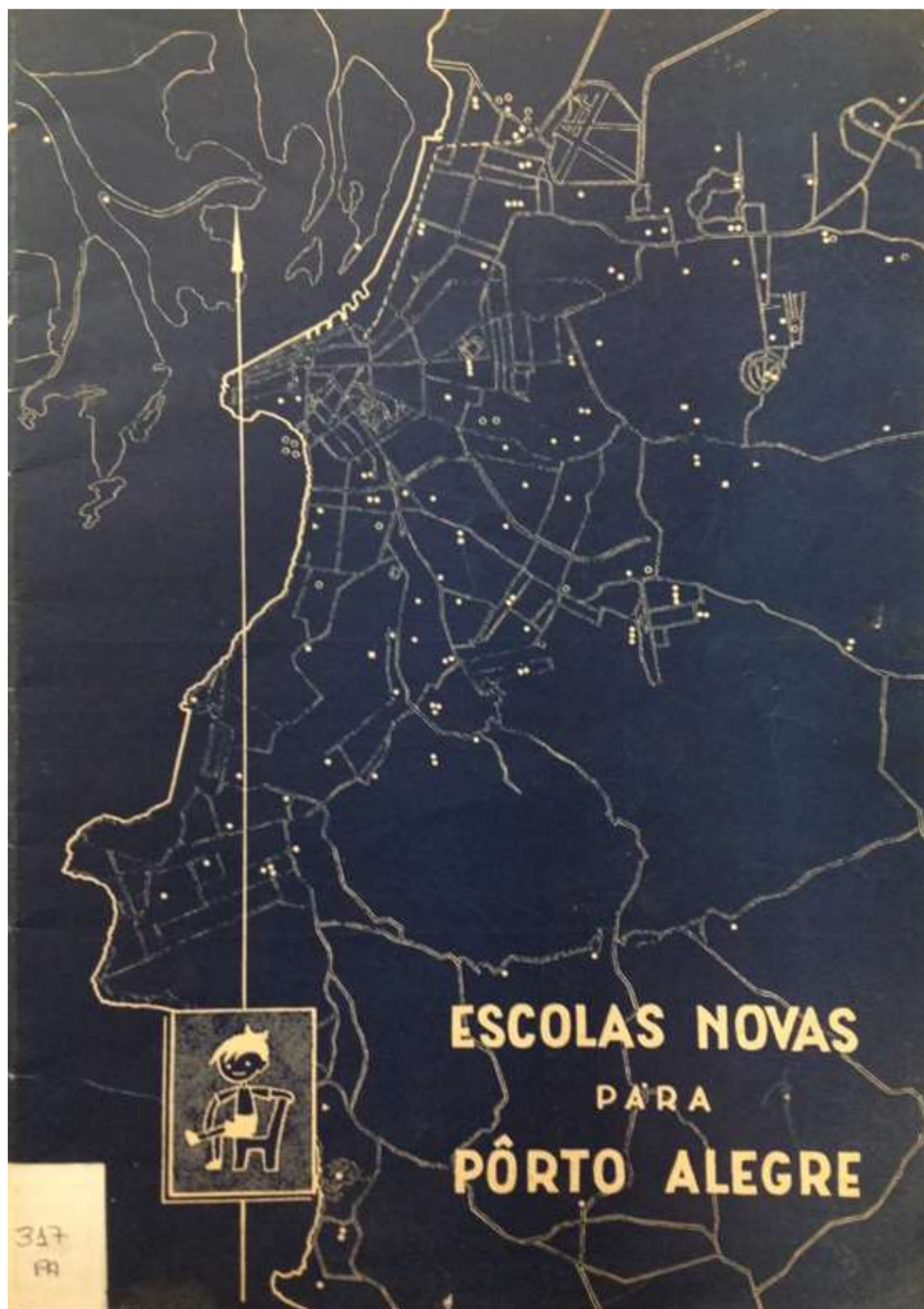
No documento, constam informações relacionadas com a localização, custo das obras e uma formulação discursiva pela qual se enfatiza o expressivo número de novos prédios, o crescimento do número de vagas disponibilizadas, a disseminação de escolas pelo território da cidade, a redução do custo das obras, a aplicação, pela primeira vez, do percentual constitucional de 20% sobre a arrecadação tributária em manutenção e desenvolvimento do ensino, gráficos e 85 fotografias, pelas quais pode-se ver aspectos do andamento das obras, operários e alunos.



Pode-se pensar que a construção de prédios escolares, no decorrer do mandato de Leonel Brizola na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tenha servido de experiência para o projeto Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul (QUADROS, 1999, 2003, 2005, 2019), desenvolvido, posteriormente, quando foi governador do Estado (1959-1963). Assim, cabe destacar que a publicação deste documento é uma etapa de análise, não um ponto de chegada, pois pode ser material de estudo a partir do qual outras narrativas podem ser propostas.

REFERÊNCIAS

- FARIA, L. A utopia possível: revisitando os cieps do Rio de Janeiro. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2017, p. 98-112.
- MIGNOT, A. C. V. Escolas na vitrine: centros integrados de educação pública (1983-1987). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001, p. 153-168.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE-A. **Escolas novas para Pôrto Alegre na administração municipal**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Assistência, 1959.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE-B. **Projeto de lei do executivo n. 34/56**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 1956.
- QUADROS, C. **A educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**: Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul. Passo Fundo, UPF, 1999. 268f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo.
- QUADROS, C. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**. Santa Maria: UFSM, 2003.
- QUADROS, C. Forging a new homeland: the unique experience of brizoletas in Rio Grande do Sul/Brazil in the second half of the 20th century. **History of Education & Children's Literature** (Online), Macerata, v. 14, n. 1, 2019, p. 145-161.
- QUADROS, C. **Marcas do tempo**: imagens e memórias das brizoletas. Santa Maria: Unifra, 2005.
- SMEA. **Ofício de 26 de novembro de 1956**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Assistência, 1956.





“É orientação do atual Governo do Município, concentrar todos os esforços possíveis no campo educacional, visando o ensino primário e o problema da alfabetização em geral num programa, enfim, que se poderia denominar de educação popular.”

Da mensagem do Prefeito eng.^o Leonel Brizola, à Câmara Municipal, em 16 de agosto de 1956, justificando o Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.



ESCOLAS NOVAS PARA PORTO ALEGRE



NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Eng.º Leonel de Moura Brizola

Prefeito Municipal

Dr. Tristão Lucupira Viana

Secret.º Munic. de Educação e Assistência

Arg.º João Alberto Schann

Assistente Técnico

Eng.º Jacé Schann Mota

Chefe do Setor de Prédios



A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA, foi criada pela lei n.º 1516, de 2 de dezembro de 1955, e começou a funcionar a 1º de janeiro de 1956, quando tomou posse do cargo o Prefeito Municipal o engenheiro Leonel de Moura Brizola, que nomeou como primeiro titular do novo órgão Municipal de Ensino o bacharel Tristão Sucupira Vianna, Vice-Prefeito Do Município.

Relativamente à execução de obras destinadas a prédios escolares, foram os trabalhos até esta data, divididos em três fases:

- | | |
|----------------|--|
| PRIMEIRA FASE: | conclusão das obras recebidas, iniciadas pelas administrações anteriores, ou prosseguimento delas. |
| SEGUNDA FASE: | Início e conclusão de um grupo de unidades escolares mistas, de alvenaria e madeira. |
| TERCEIRA FASE: | Início do grande plano de construção de escolas populares, de madeira pré-fabricadas. |



PRIMEIRA FASE

As primeiras medidas da Administração Municipal, foram o sentido de promover os reajustamentos de preços relativos a material e mão de obra, que eram os empecilhos apresentados para o prosseguimento normal das construções, praticamente paralisadas.

Essas obras, foram contratadas por Administrações Municipais anteriores e salvo a de Ipanema, que foi totalmente construída na atual administração, já estavam iniciadas em 1.º de janeiro de 1956.

O custo, a capacidade e a localização dessas grandes unidades de alvenaria, é o seguinte

GRUPO ESCOLAR DON DIOGO DE SOUZA

Rua Adão Baimo - Passo da Mangueira



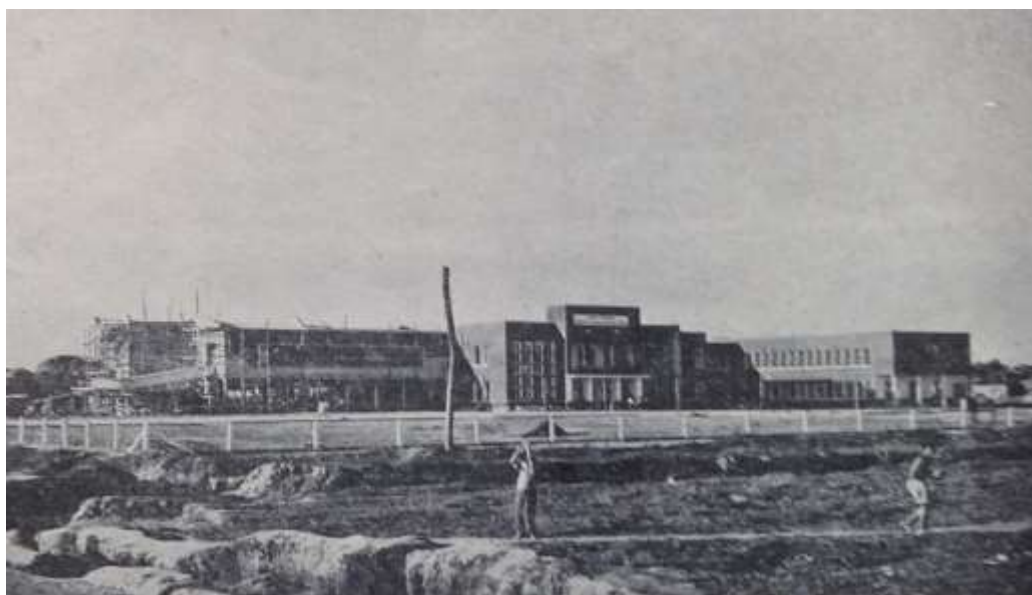
Esta obra possui a capacidades de 1.200 alunos em 2 turnos, tendo sido iniciada em agosto de 1952 e concluída em março de 1957.

Curso Cr\$ 7.643.812,80

Pago na atual administração Cr\$ 3.205.593,80



ESCOLA MUNICIPAL LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

Vila Sarandi

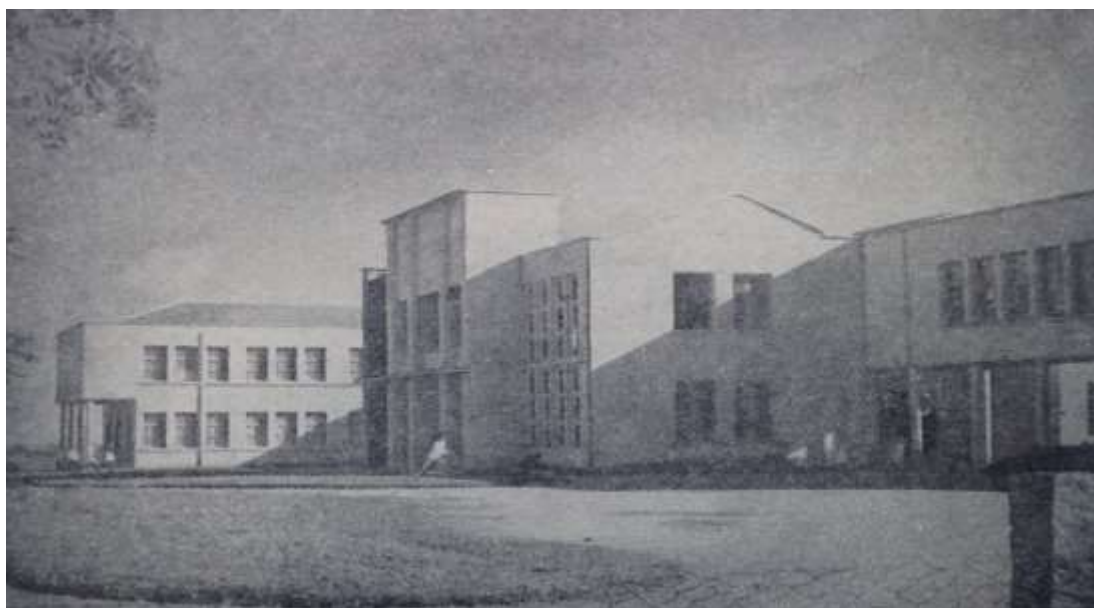
Esta obra, que atende a 1.200 crianças, foi iniciada em 1953 e entrou em funcionamento em março de 1958.

Despesa efetuada Cr\$ 6.443.956,40

Pago na atual administração Cr\$ 4.840.956,40



GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE ROOSEVELT

Rua Botafogo - Menino Deus

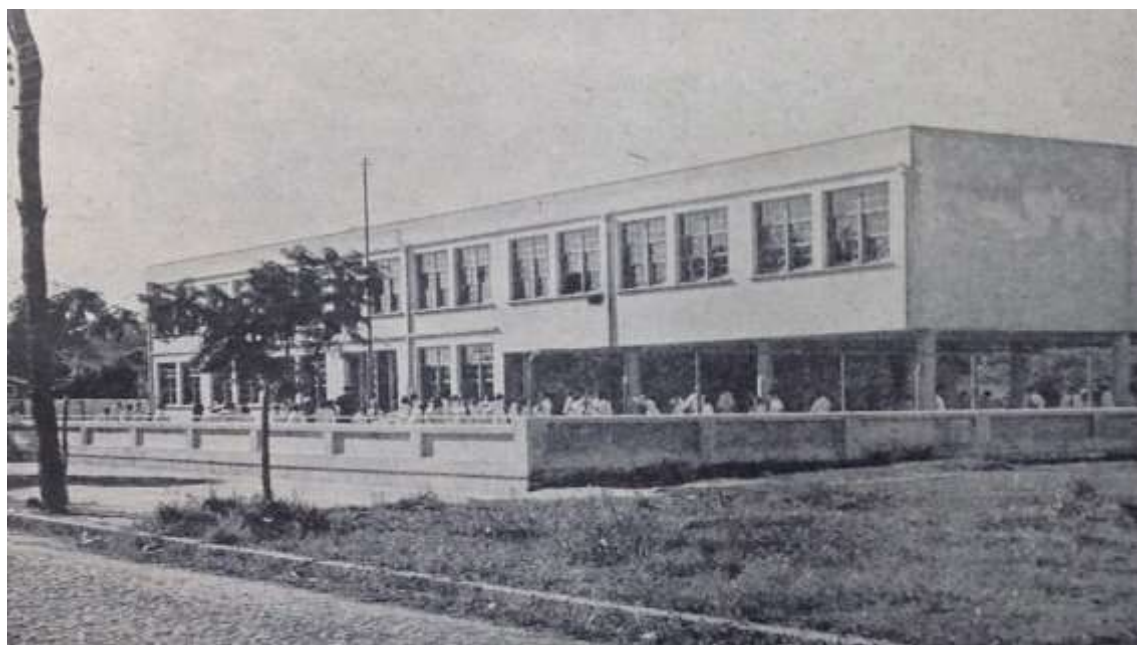
O início das obras desta escola, que abriga 1.200 alunos em 2 turnos, verificou-se em abril de 1952, tendo sido concluída em 15 de janeiro de 1957.

Custo Cr\$ 5.666.476,70

Pago na atual administração Cr\$ 1.437.476,70

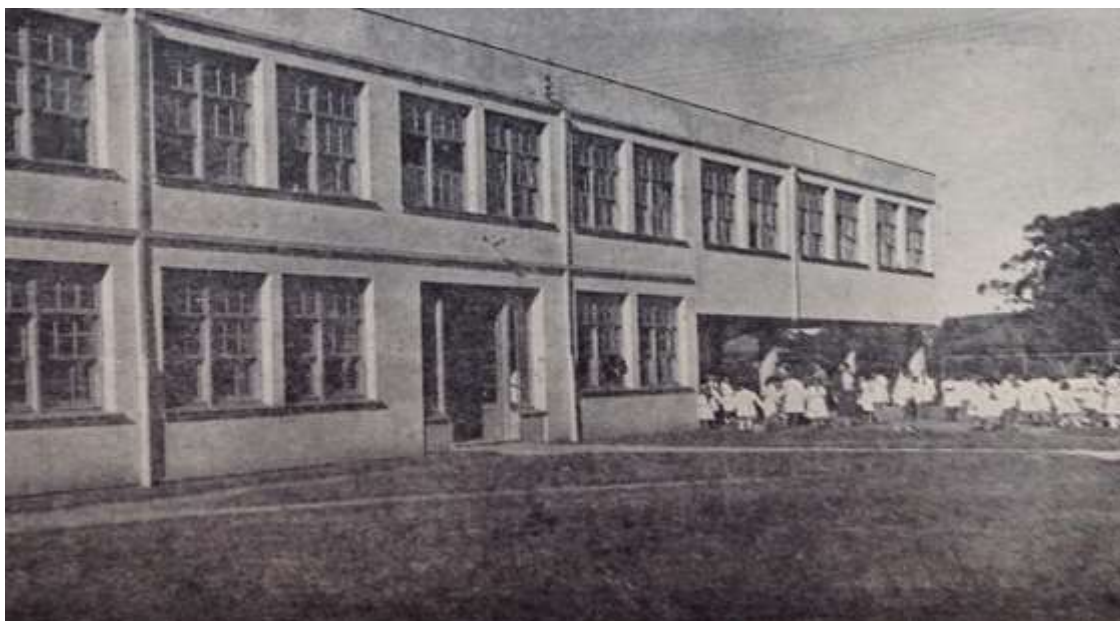


GRUPO ESCOLAR JOSÉ DE ANCHIETA

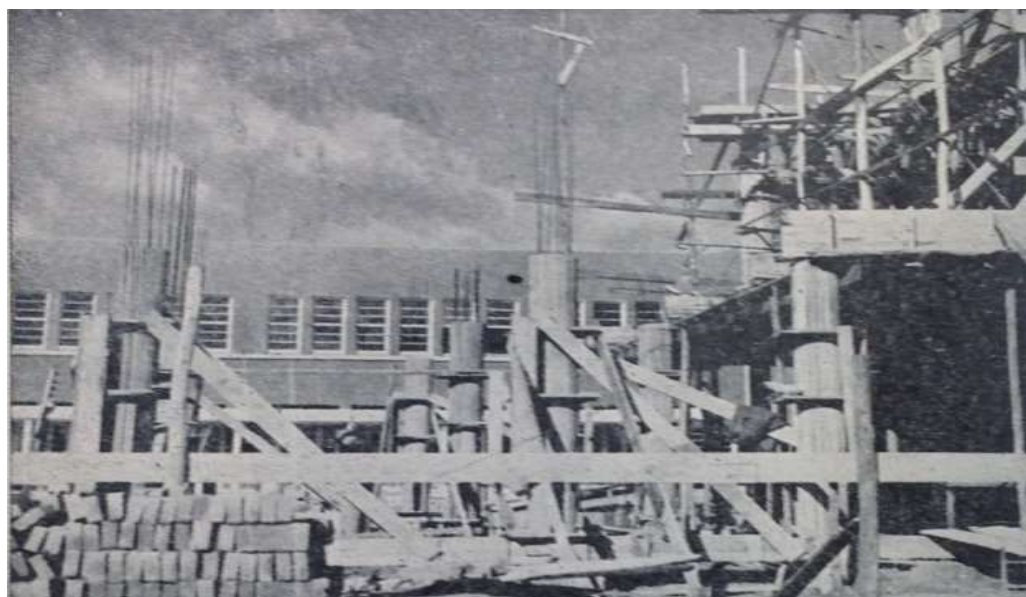
Rua Tramandaí - Ipanema

A construção desta unidade escolar que comporta 800 crianças teve início janeiro de 1956 e o seu término data de dezembro do mesmo ano.

Custo Cr\$ 3.735.424,50



GRUPO ESCOLAR À VILA BOM JESÚS

Praça Constantina

Este prédio escolar, com capacidade prevista para 1.200 crianças em 2 turnos, foi iniciado em janeiro de 1953 e será concluído em dezembro do corrente ano.

Despesa efetuada Cr\$ 6.661.504,90

Pago na atual administração Cr\$ 4.353.202,50

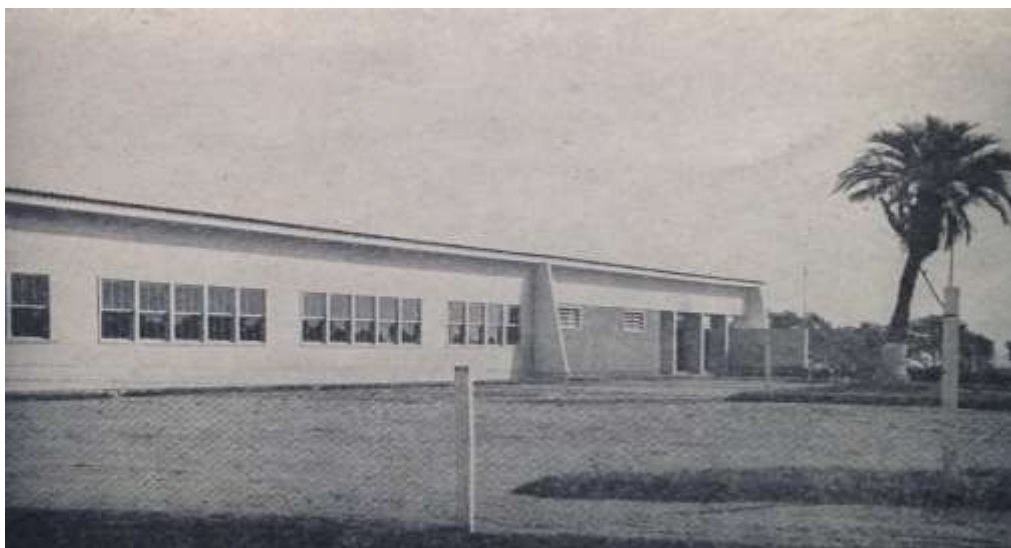


SEGUNDA FASE

A SEGUNDA FASE de realizações consistiu na construção de prédios escolares mistos, de alvenaria e madeira, que marcou uma etapa de transição entre a conclusão dos grandes e onerosos prédios em andamento e a solução do problema da falta de escola, obtida na realização da terceira fase, mas estudada e planejada durante a concretização desta. Fica assim caracterizada a existência deste grupo de construções, em face das prementes e inadiáveis condições em que se debatia o ensino primário na Capital, principalmente em algumas escolas municipais.

Foram construídos pavilhões mistos e de madeira, cujo custo, localização e capacidade se seguem.

FACHADA LESTE





GRUPO ESCOLAR

Início agosto de 1957

À VILA DO I.A.P.I.

Conclusão junho de 1958

Custo Cr\$ 1.927.150,00



FACHADA NORTE

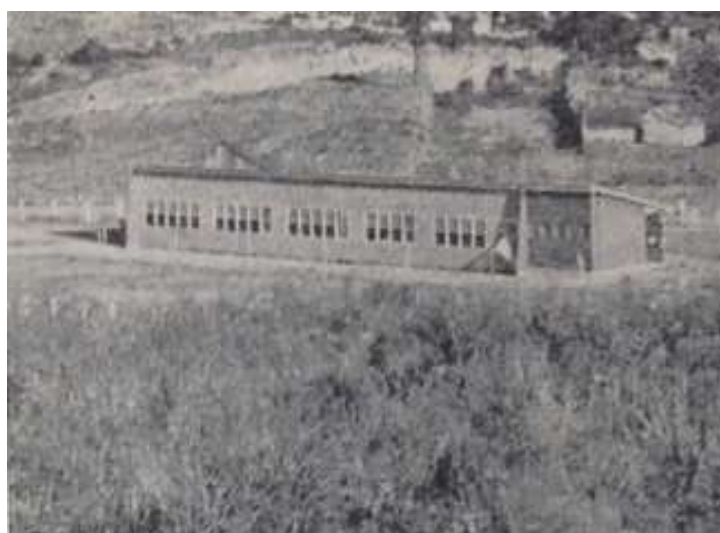
GRUPO ESCOLAR

À VILA DOS COMERCIÁRIOS

Início janeiro de 1957

Conclusão maio de 1957

Custo Cr\$ 894.263,00





GRUPO ESCOLAR À VILA JARDIM

Início dezembro de 1956

Conclusão junho de 1957

Custo Cr\$ 830.151,90

GRUPO ESCOLAR À VILA IPIRANGA

Início dezembro de 1956

Conclusão abril de 1957

Custo Cr\$ 888.566,80

GRUPO ESCOLAR À RUA MARIANTE
(Reforma)

Início fevereiro de 1957

Conclusão agosto de 1957

Custo Cr\$ 442.720,00



GRUPO ESCOLAR À RUA CALDRE E FIÃO

Início fevereiro de 1957

Conclusão outubro de 1957

Custo Cr\$ 806.126,60

ESCOLA MUNICIPAL

SEN. ALBERTO PASQUALINI

Início janeiro de 1957

Conclusão junho de 1957

Custo Cr\$ 628.812,50



ESCOLA MUNICIPAL N.ª S.ª DE FÁTIMA

Início outubro de 1956

Conclusão dezembro de 1956

Custo Cr\$ 121.448,00



GRUPO ESCOLAR

APELES PÔRTO ALEGRE

Início novembro de 1956

Conclusão dezembro de 1956

Custo Cr\$ 707.378,80



ESCOLA MUNICIPAL DOLORES A. CALDAS

Início janeiro de 1957

Conclusão abril de 1957

Custo Cr\$ 948.475,00

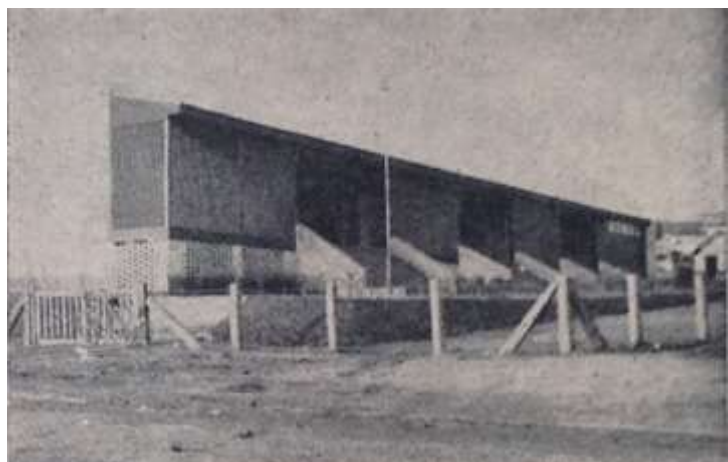
GRUPO ESCOLAR

À. CHÁCARAS DAS PEDRAS

Início dezembro de 1956

Conclusão abril de 1957

Custo Cr\$ 941.034,30



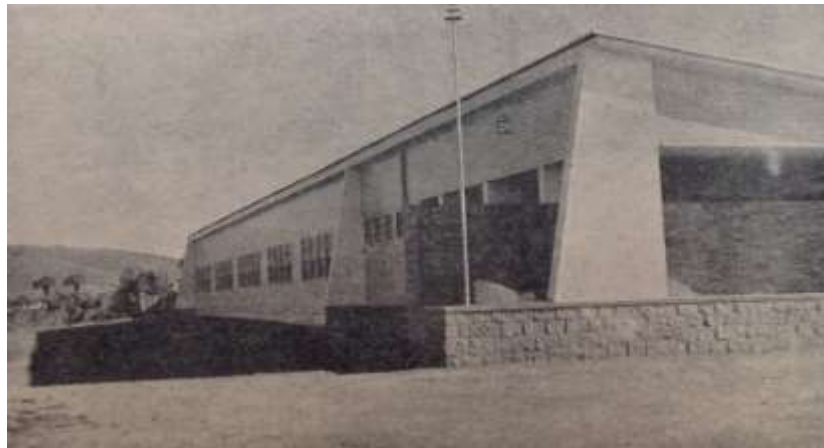
ESCOLA MUNICIPAL

PRESIDENTE VARGAS

Início março de 1957

Conclusão agosto de 1957

Custo Cr\$ 1.675.533,40



E *foi assim que, durante a primeira e segunda fases de trabalhos, ganhou a Municipalidade de Porto Alegre de sessete novos prédios escolares com uma capacidade total de 9420 crianças.*



TERCEIRA FASE

“PLANO DE ESCOLAS POPULARES”

A TERCEIRA FASE das atividades da Secretaria Municipal de Educação e Assistência, caracterizou-se pelo amplo desenvolvimento que foi imprimido ao plano de construções de escolas, pela fabricação em série, de prédios de madeira, com as condições necessárias ao bom funcionamento de uma unidade escolar de grau primário.

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DO PLANO DE ESCOLAS POPULARES





TUDO PARA ATENDER A CRIANÇAS COMO ESTA





O “PLANO DE ESCOLAS POPULARES”, em madeira, executado em locais designados, após a confecção dos painéis na linha de montagem, está assim estruturado:

- 1.ª ETAPA — primeira etapa destinada a sanar o déficit existente face à deficiência de prédios para receber a população infantil em idade escolar de Pôrto Alegre.
- 2.ª ETAPA — destinada a suprir as lacunas que fôssem observadas na educação da ETAPA precedente, pois os dados existentes sobre necessidades reais de escolas em Pôrto Alegre datavam de 1954.
- 3.ª ETAPA — destinada a substituir os prédios existentes e em estado precário de funcionamento, por falta de instalações materiais adequadas.

SOMENTE NA 1.ª ETAPA

120 ESCOLAS FORAM CONSTRUÍDAS, COM

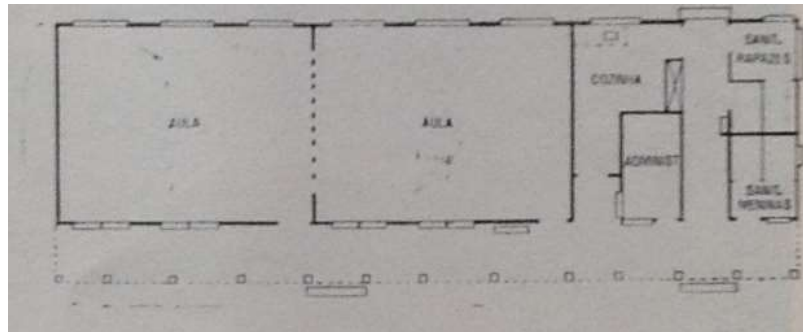
343 SALAS DE AULA PARA ATENDER EM DOIS TURNOS A UMA POPULAÇÃO INFANTIL DE

24.570 CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

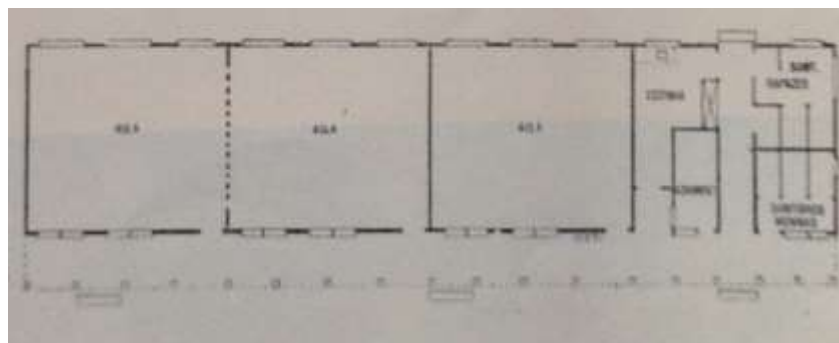


A primeira etapa compreendeu:

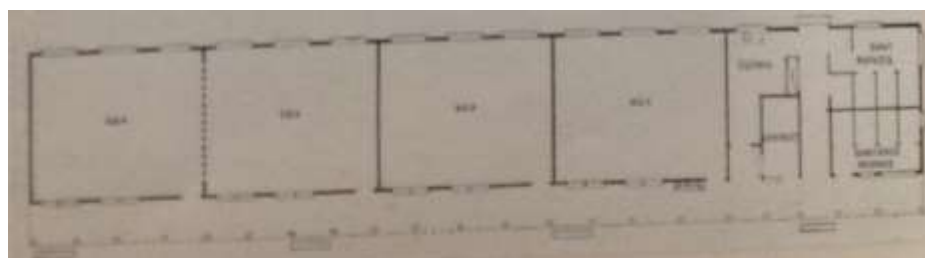
51 ESCOLAS do “tipo A”, que se compõe de 2 salas de aula, sala para administração, cozinha para o preparo da sopa escolar, conjunto de sanitários para rapazes e para meninas e uma varanda coberta. Estas ESCOLAS, têm capacidade para 140 alunos em 2 turnos.



35 ESCOLAS do “tipo B”, que se compõe de 2 salas de aula, sala para administração, cozinha para o preparo da sopa escolar, conjunto de sanitários para rapazes e para meninas e uma varanda coberta. Estas ESCOLAS, têm capacidade para 210 alunos em dois turnos.



34 ESCOLAS do “tipo C”, que se compõe de 2 salas de aula, sala para administração, cozinha para o preparo da sopa escolar, conjunto de sanitários para rapazes e para meninas e uma varanda coberta. Estas ESCOLAS, têm capacidade para 280 alunos em dois turnos.





E assim pôde ser dado início à árdua tarefa da

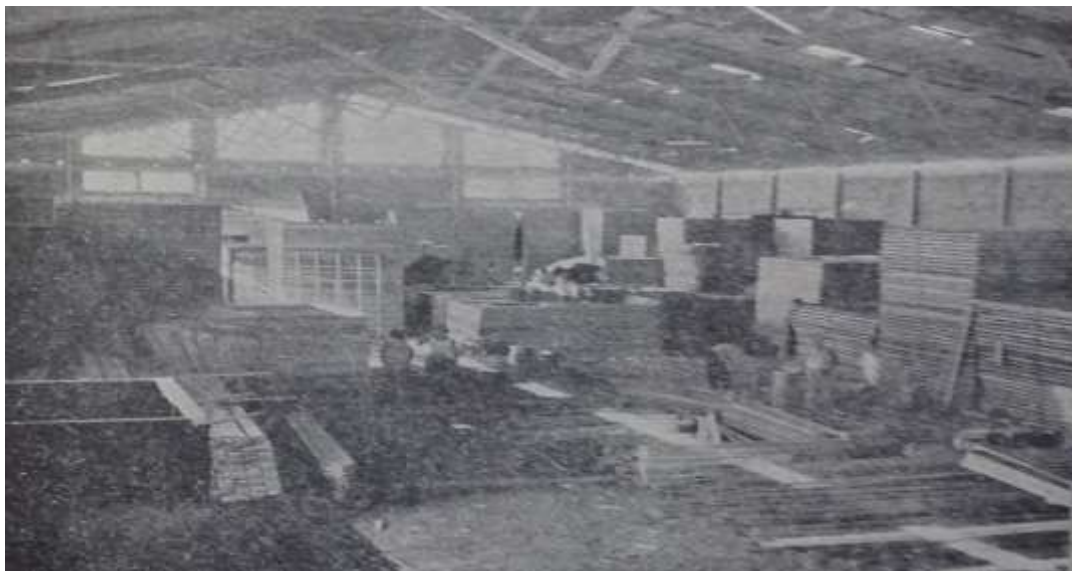


... preparação dos terrenos

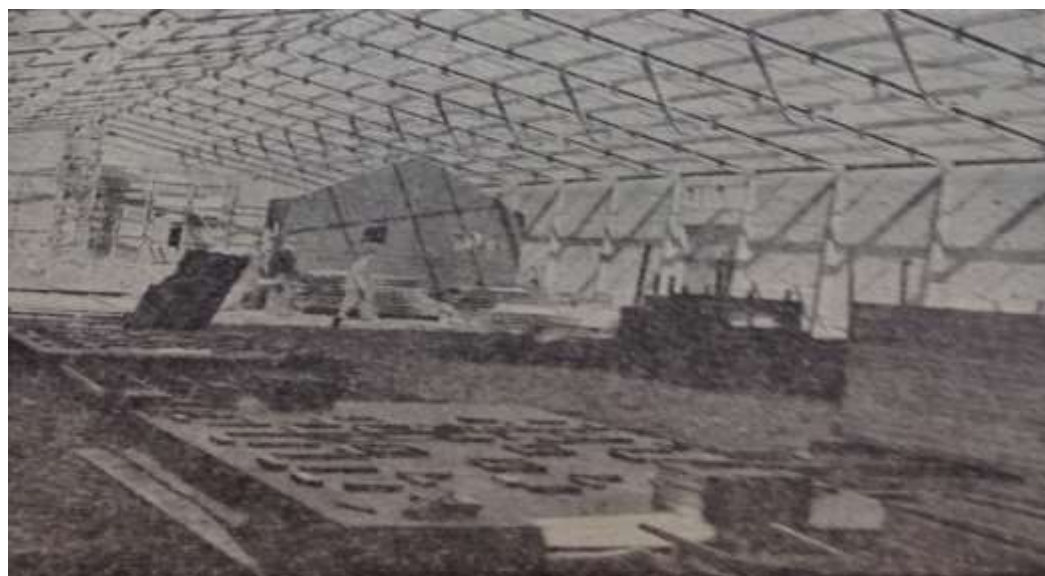




E, simultaneamente, foi iniciado ...

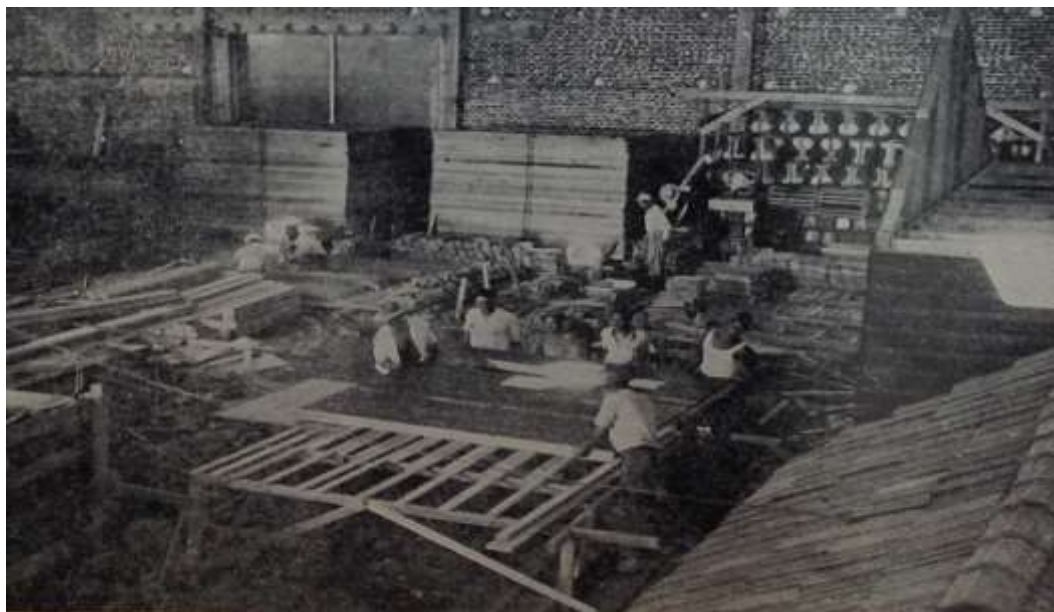


a pré-fabricação dos painéis das paredes ...





... das mais variadas formas e tipos,



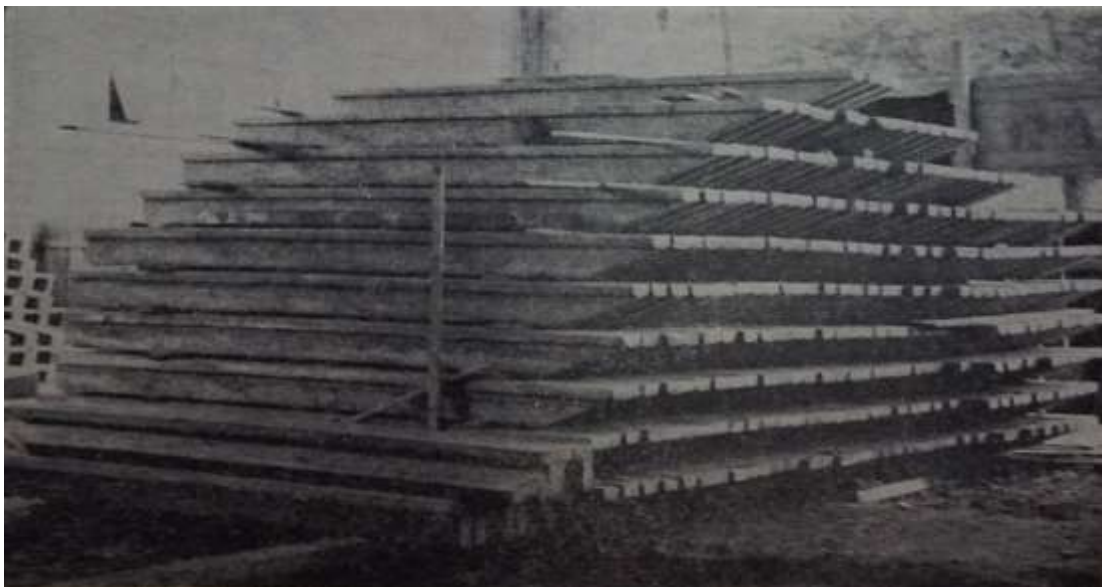


... bem como dos blocos de alicerces e lajes





... e modelagem das vigas.



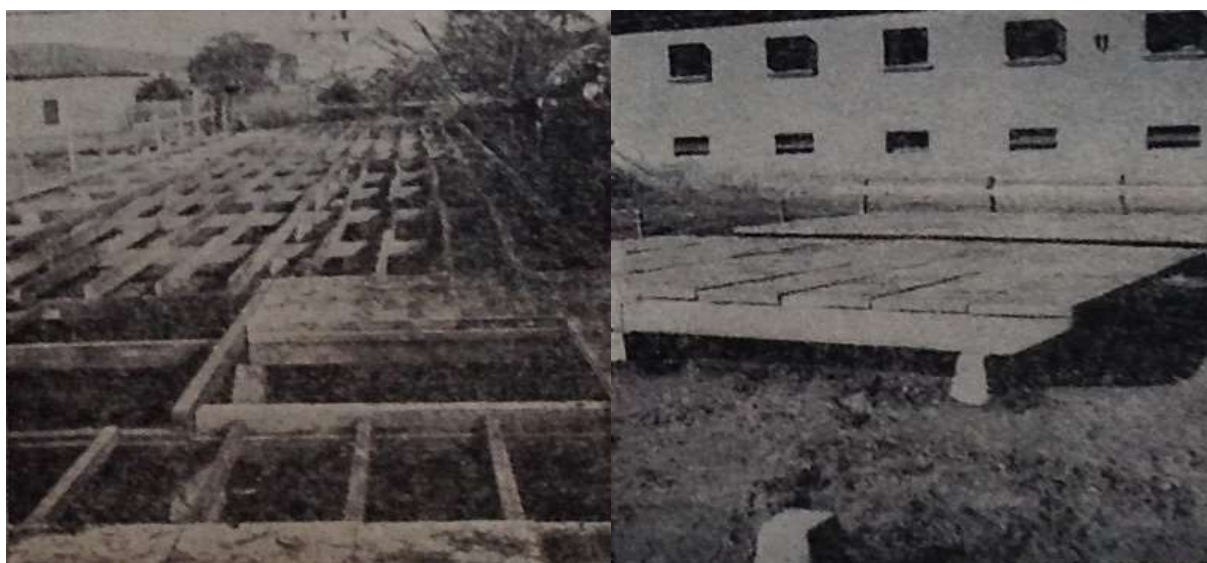


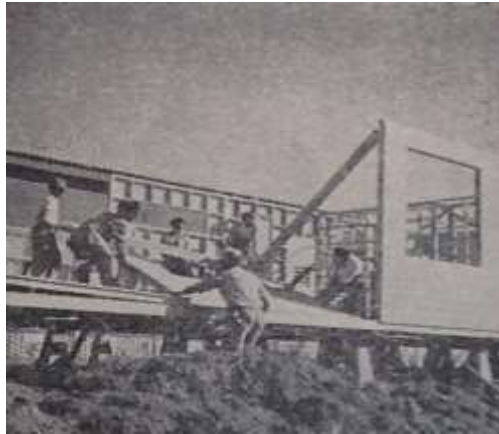
Logo após, foi executada com rapidez e eficiência, a montagem destas escolas.

Colocação dos alicerces ...

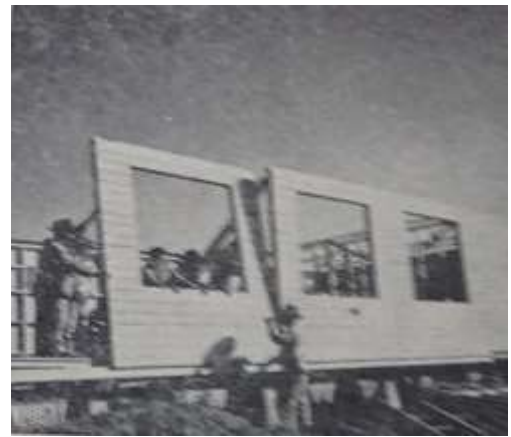


lajes, e madeiramento.





Colocação de painéis ...

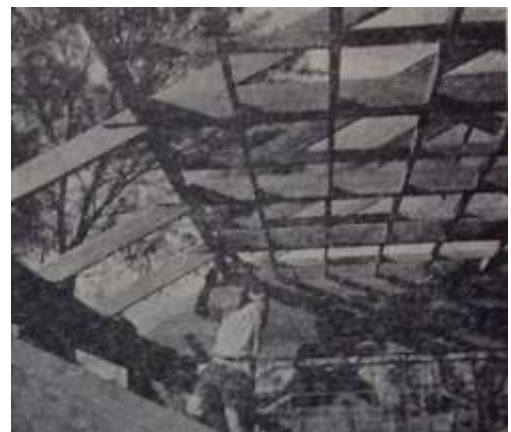
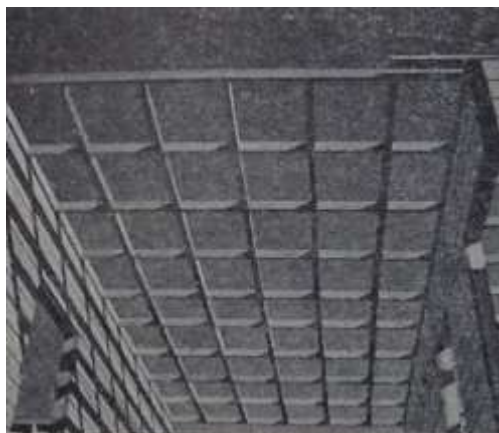


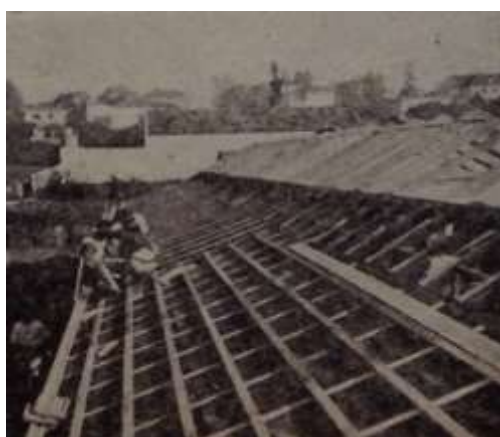


e armação das paredes.



Entarugamento do fôrro...

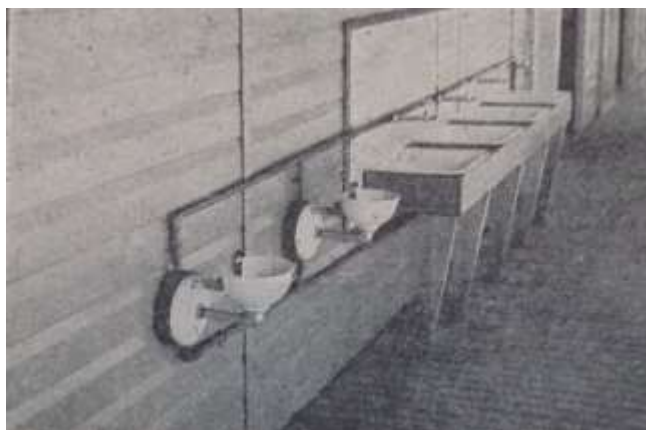




Detalhe ...



e execução da cobertura.



... Sala de aula



Pintura



... Conclusão.



dezenas de escolas como esta, brotaram nos mais diversos recantos de Pôrto Alegre.

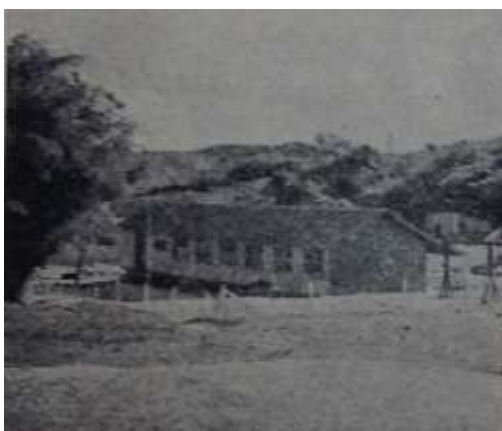
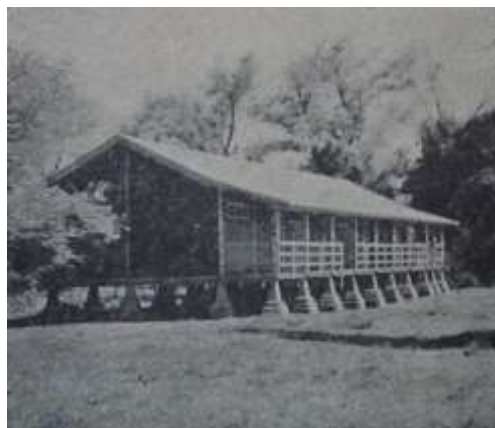


E



Rua da Fonte Vila Bom Jesus

Ilha Maria Conga



Praça das Nações
Petrópolis

Av. dos Prazeres Vila Jardim





Rua Jaguari Cavalhada



Rua Gal. Rondon Tristeza



Rua Oscar Schneider Medianeira



Rua Umbú - esquina Itapeva
Passo da Mangueira



Rua Juarez Távora - Vila João Pessoa



Rua Felizardo Vila São Luiz

Rua Minerva Glória



Est. dos Alpes Esq. Av. Belém



Praça Simões Lopes Neto
Vila São Caetano



Rua Tiarajú Sepé Teresópolis

Praça Mem de Sá Chácara das Pedras



Rua Santa Flora Cavanhada

Rua Dona Laura Independência





Praça Jaci Guarujá

Est. da Ponta Grossa



Est. do Boqueirão

Est. Gedeão Leite



Rua Frederico Etzberger Cavallhada

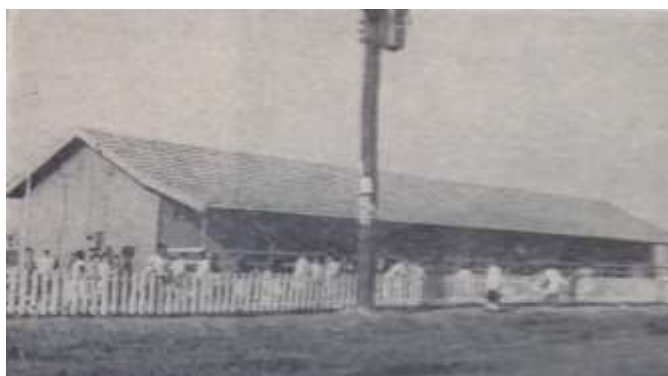


Rua Otávio de Souza Teresópolis



Vila A - Loteamento DMCP

Estrada Velha do Gravataí



Rua D Vila Ipiranga

Est. Baltazar de O. Garcia

Jardim Itú





Rua Joaquim Silveira

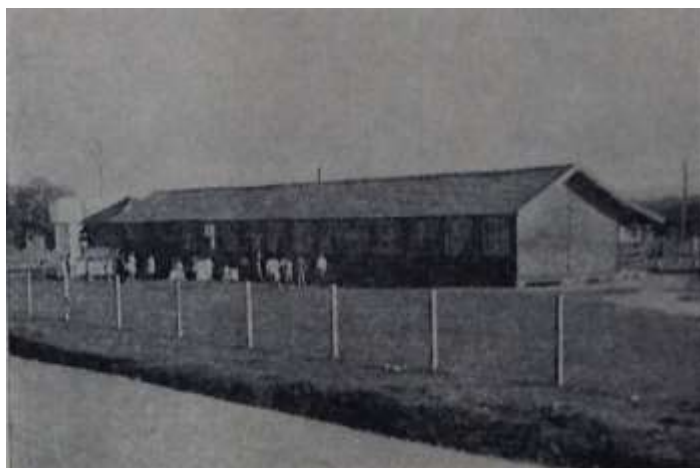
Vila Aliança

Praça Júlio Grau

Passo da Areia



Praça Tamoio Vila Floresta





Rua Amazonas esq. Viena Floresta

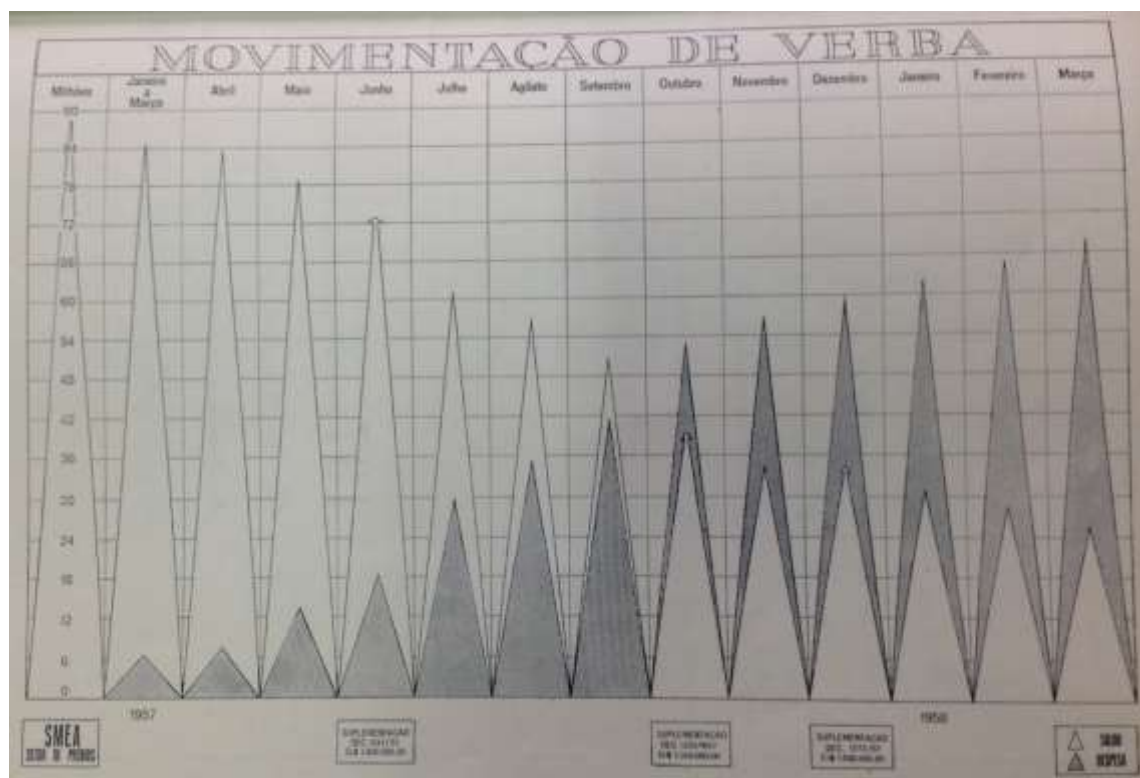
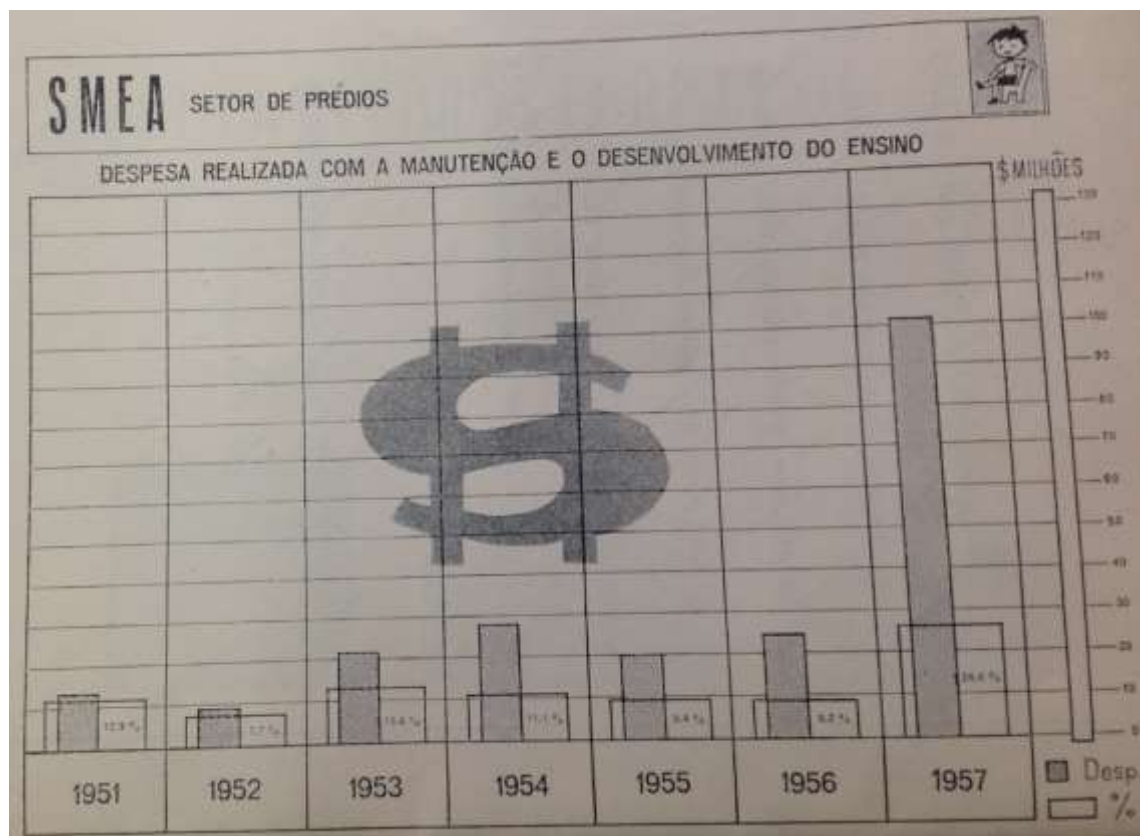


Com a execução deste tipo de prédio o custo da obra por aluno foi reduzido em mais de 50%.





Isto possibilitou um maior atendimento em matrículas pois o Município vem de aplicar pela primeira vez a percentagem constitucional de 20% - cerca de 27% em 1957 - sobre a arrecadação tributária em
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.





*Assim, o Convênio que fora
celebrado em 1949 entre a
Municipalidade de Porto
Alegre e o Estado, tomou
caráter efetivo somente em 1956,
resultando em ...*

*137 prédios escolares espalha-
dos por todo o território
portoalegrense
proporcionando ensino
primário à infância.*



Prédios entregues à Secretaria de Educação e Cultura, de conformidade com o convênio firmado em 5 de setembro de 1949.

N.º	Localização	Tipo
Capacid. 2 turnos		
1 - Rua Botafogo - Menino Deus	Alvenaria	1.200 alunos
2 - Passo da Mangueira	Alvenaria	1.200
3 - Av. Tramandaí - Ipanema	"	800
4 - Av. Saturnino de Brito - Vila Jardim	Misto	300
5 - Vila Chácara das Pedras	"	300
6 - Vila dos Comerciantes		300
7 - Vila Ipiranga		300
8 - Rua Caldre e Fião		300
9 - Rua Mariante (Reforma)		700
10 - Av. Bento Gonçalves - G. E. A. P. A.		240
11 - Jardim Itú	Pré-fab.	280
12 - Jardim Itú		280
13 - Rua São Miguel - Glória		140
14 - Rua São Miguel - Glória		210
15 - G. E. à Vila Jardim		210
16 - Rua 9 de Junho - Vila São José		140
17 - Rua 9 de Junho - Vila São José		140
18 - Rua Gonçalves Ledo - Partenon		210
19 - Rua Gonçalves Ledo - Partenon		210
20 - Praça Jaci - Guarujá		280
21 - G. E. Nsa. Sra. Mont Serrat		280
22 - 21 - G. E. Nsa. Sra. Mont Serrat		210
23 - Rua Sousa Reis - Floresta		280
24 - Rua Sousa Reis - Floresta		210
25 - Rua Sousa Reis - Floresta		210
26 - G. E. à Vila IAPC		140



27 - Rua Oscar Schneider	280
28 - Vila Batista Xavier	210
29 - Praça Aratiba - Parque Madepinho.....	280
30 - Rua Santa Flora - Cavahada	280
31 - Praça Artigas - Petrópolis	140
32 - Rua Felizardo - Vila São Luiz	280
33 - Rua São Pedro - esq. Conselheiro Camargo	140
34 - Rua São Pedro - esq. Conselheiro Camargo	140
35 - Rua Jaguari - Cavahada	210
36 - Rua Jaguari - Cavahada	210
37 - Rua Jaguari - Cavahada	210
38 - G. E. Apeles P. Alegre - Partenon	210
39 - Av. Bento Gonçalves - esq. Beco Mariano - Agronomia	140
40 - Av. Bento Gonçalves - esq. Beco Mariano - Agronomia	140
41 - Rua Gal. Rondon - Tristeza	210
42 - Rua Tiarajú-Sepé esq. 5 de Novembro - Teresópolis	230
43 - Rua D. ^a Laura - Independência	230
44 - Rua D. ^a Laura - Independência	210
45 - Rua D. ^a Laura - Independência	210
46 - Rua Ouro Preto - Floresta	140
47 - Rua Ouro Preto - Floresta	140
48 - Praça Tamoio	280
49 - Av. Bastian - Menino Deus	210
N. ^o Localização Tipo	
Capacid. 2 turnos	
50 - Rua Minerva - Glória Pré-fab.	210
51 - Rua Minerva - Glória	210
52 - Rua Simão Kappel - Navegantes	210
53 - Rua Simão Kappel - Navegantes	210
54 - Praça Simões Lopes Neto - Vila São Caetano	140
55 - Praça Simões Lopes Neto - Vila São Caetano	140



56 - Av. Sinimbú - Petrópolis	140
57 - Vila do IAPI	280
58 - Rua Amazonas esq. Viena - Floresta	140
59 - Av. Ceará esq. D. ^a Margarida	280
60 - Av. Ceará esq. D. ^a Margarida	280
61 - Rua Arnaldo Bohrer - Teresópolis	280
62 - Rua Arnaldo Bohrer - Teresópolis	280
63 - Rua Arnaldo Bohrer - Teresópolis	280
64 - Rua Otávio de Souza - Vila Noal	140
65 - Rua Gal. Lima e Silva - Ilhota	280
66 - Rua Gal. Lima e Silva - Ilhota	210
67 - Rua Nunes - G. E. Venezuela.....	210
68 - Praça Mem de Sá - Vila Chácara das Pedras	140
69 - Rua Juarez Távora - Vila João Pessoa	280
70 - Rua Juarez Távora - Vila João Pessoa	280
71 - Rua Juarez Távora - Vila João Pessoa	280
72 - Estrada Gedeão Leite	140
73 - Rua Upamarotí - Cristal	140
74 - Rua Frederico Etzberger - Cavallhada	140
75 - Rua Garibaldi - Mont Serrat	140
76 - Praça Júlio Gráu - Passo da Areia	280
77 - Rua da Fonte - Vila Bom Jesus	210
78 - Rua da Fonte - Vila Bom Jesus	210
79 - Rua "D" - Vila Ipiranga	230
80 - Rua n.º 19 - Vila Elizabeth	210
81 - Av. Protásio Alves - G. E. Alcides Cunha	140
82 - Rua Umbú esq. Itapeva - Passo da Mangueira	140
83 - Praça Moema - Espírito Santo	140
84 - Estrada Ponta Grossa	140
85 - Rua Alberto Silva - Vila Ipiranga	140
86 - Rua Otto Niemeyer - Tristeza	230
87 - Av. João Pessoa - G. E. I. Montanha	280

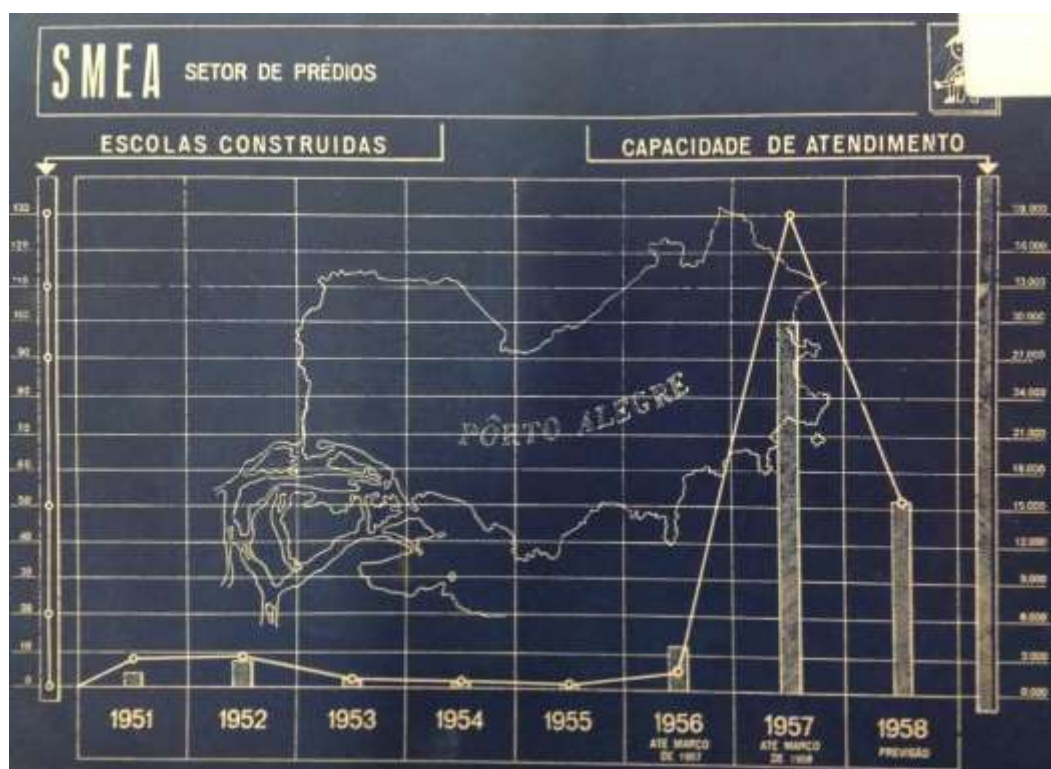
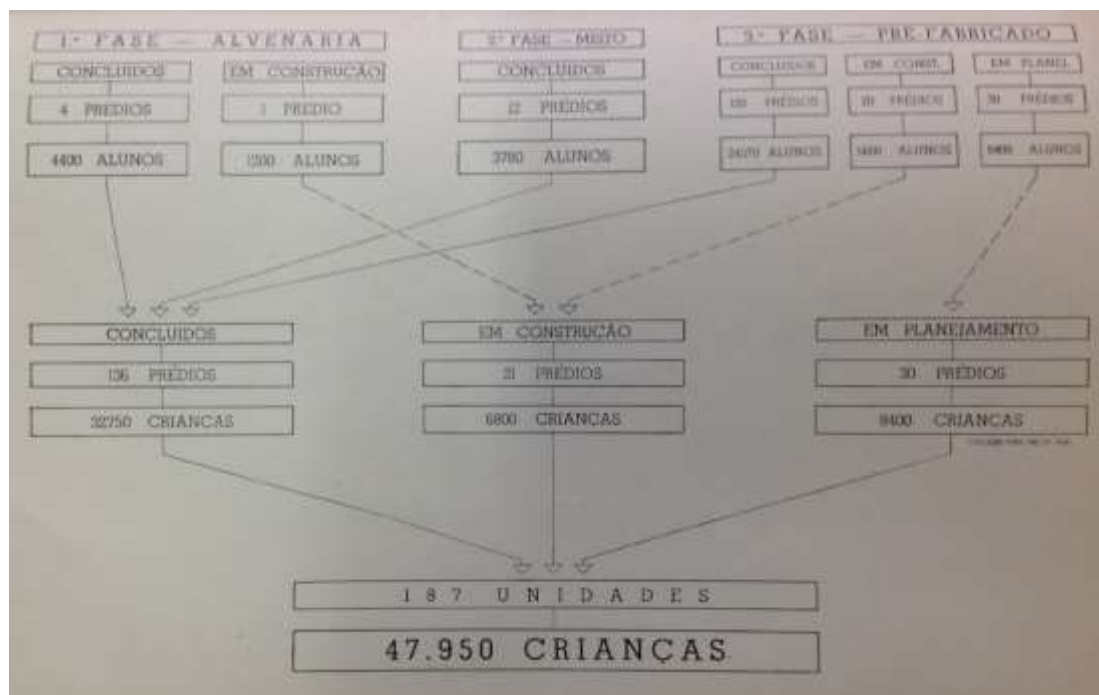


88 - Passo do Feijó		210
89 - Est. Alpes esq. Av. Belém		140
90 - Belém Velho		140
91 - Rua Joaquim Silveira - Vila Aliança		280
92 - Rua Vidal Negreiros - Vila São José		280
93 - Rua Vidal Negreiros - Vila São José		280
94 - Rua Vidal Negreiros - Vila São José		210
95 - Loteamento do DMCP - Est. Velha Gravataí		210
96 - Encosta do Morro São Pedro		140
97 - Estrada das Quirinas		140
98 - Picada Norte		210
99 - Ilha Maria Conga		140
100 - Estrada do Boqueirão		140
101 - Estrada Costa Gama		140
102 - Vila dos Sargentos		280
103 - Vila Silvério - Menino Deus		140
104 - Praça Jaci - Guarujá (n.º 2)		280
N.º	Localização	Tipo
Capacid. 2 turnos		
105 - Vila SESI - Passo da Areia		140
106 - Rua Gal. Auto - G. E. Paula Soares		280
107 - Vila do IAPI	Misto	300
108 - Vila Bom Jesus	Alvenaria	1.200
Total		27.090 alunos



Em prosseguimento à execução d'este Plano de Escolas Populares a S. M. E. A. construirá mais 50 prédios dos quais 20 já se acham em andamento e os restantes serão iniciados no fim do exercício em curso para entrar em funcionamento no próximo ano letivo.

Estas 50 unidades atenderão a cerca de mais 14.000 crianças.



Recebido em: 09 de março de 2022

Aceito em: 26 de julho de 2022